

**A.I. Nº** - 110085.011/14-2  
**AUTUADO** - CHALÉ REFEIÇÕES LTDA.  
**AUTUANTE** - JOSÉ ARNALDO BRITO MOITINHO  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 17.12.2015

## **2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACORDÃO JJF Nº 0207-02/15**

**EMENTA. ICMS. 1.** DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE BENS DESTINADOS AO CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. FALTA DE PAGAMENTO. Argumentos defensivos elidem a infração, ou seja, comprovou que as mercadorias são insumos e embalagens utilizadas na atividade do estabelecimento no preparo de refeições. Infração insubsistente. **2.** REGIME DE APURAÇÃO EM FUNÇÃO DA RECEITA BRUTA. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO. RECOLHIMENTO A MENOS. Nos termos do art. 343 do RICMS/BA, o fornecimento de refeições a quaisquer estabelecimentos de contribuintes deste Estado, destinadas a consumo por parte de seus empregados, para efeitos de incidência do ICMS, se submete ao regime de diferimento, cuja responsabilidade pelo recolhimento do imposto é do adquirente. Infração não caracterizada. Afastada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 27/03/2015, exige ICMS no valor de R\$121.622,83, em razão das seguintes irregularidades:

**Infração 01 – 06.02.01** – Falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$20.403,71, decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento, nos meses de janeiro a dezembro de 2010, conforme demonstrativo às fls. 19 a 22.

**Infração 02 – 03.03.01** – Recolhimento a menor do ICMS, no valor de R\$ 101.219,12, referente a comercialização de refeições, apurado através de divergências entre os valores recolhidos e os lançados no livro Registro de Apuração do ICMS, nos meses de janeiro a março, junho a dezembro de 2010, com forme demonstrativo à fl.23.

O sujeito passivo em sua defesa administrativa às fls. 132 a 136, impugnou o lançamento consubstanciado no auto de infração, com base nas seguintes alegações defensivas.

Discordou de como foi procedido o levantamento das bases de cálculos que deram origem ao lançamento, sob alegação de que não foram considerados os créditos e ter ocorrido apuração indevida, em desconformidade com os livros fiscais, e requereu uma revisão fiscal para confirmar o quanto alegado. Cita a jurisprudência do CONSEF referente ao AI nº 110120.0012/11-8 e Acórdão da 3ª JJF Nº 0178-03/12.

Em sequência, esclarece que o estabelecimento tem como atividade fim preponderante a transformação de insumos de gêneros alimentícios em refeições coletivas para fornecer aos clientes da iniciativa privada, aos órgãos governamentais e autárquicos em geral, adotando como regime tributário do ICMS o que preconiza o artigo 504, Inciso IV do RICMS/97, e o pagamento do ICMS mediante o regime de apuração em função da receita bruta, observando, além das normas relativas aos demais contribuintes, o cálculo do imposto mensalmente com base na aplicação de

4% sobre o valor da receita bruta do período, conforme opção de tributação do ICMS pela Receita Bruta com a alíquota reduzida de 4% para o Estado da Bahia, registrada na SEFAZ.

Com base nisso, discordou da fiscalização na utilização do percentual de 17% no cálculo do débito, pelo regime normal de apuração, argumentando que o seu estabelecimento não é revendedor, e sim, atua na transformação de insumos de gêneros alimentícios para fornecer refeições coletivas, pelo que, requereu a aplicação do artigo 504 do RICMS – Decreto nº 6.284/97, bem como, o artigo 650 do Decreto Federal n.º 3000/99 (RIR/99).

Informa que durante todo transcorrer da ação fiscal, foram fornecidos à fiscalização todas as informações e elementos necessários, inclusive os livros contábeis e fiscais, colocando como elemento de prova de sua alegação inclusive os contratos de Fornecimento firmados com a Petrobrás e Secretaria da Saúde do Estado. (Anexo 4, fls.169 a 181).

Analizando a Infração 01 - 06.02.01, afirma que as mercadorias adquiridas em sua totalidade são insumos para uso e consumo do estabelecimento, transformados em refeições coletivas ou auxiliou a transformação, portanto, que não é aplicável a diferença de alíquotas entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de outras unidades da federação e destinados as necessidades imperativas da atividade fim do estabelecimento.

Sobre a infração Infração 02 – 03.03.01, observa que o autuante registrou saída de mercadorias tributáveis, comercializações de refeições coletivas, repetindo que tais operações estão sujeitas à tributação de acordo com o artigo 504 do RICMS Decreto nº 6.284/97 e com o devido registro na escrita fiscal, porém, informado no Sintegra como determina a legislação pertinente fundamentada pelo Convênio ICMS 57/95 e alterações, e ainda no Regulamento do ICMS do Estado da Bahia e demais diplomas legais que tratem do Sintegra. Assim, sustenta que procedeu na sua contabilidade o registro nos períodos que foram adquiridas as mercadorias constantes na (Infração 02 - 02.04.02 e da Infração 03 - 03.01), conforme normas do C.F.C., teve retenção do ICMS, e portanto não causou dano ao Erário Estadual, não podendo ser penalizado, com multa, de 50% e 60%, como está descrito na Infração.

O autuado fez a juntada da Planilha Demonstrativa com os respectivos DAE's recolhidos tempestivamente do Ano Calendário de 2010, bem assim a Receita Bruta de cada competência mensal.

Feitas as considerações acima, argüi também, a nulidade de feito fiscal, em função da descrição e tipificação dos fatos, por não ter considerado a sua opção, e por via de consequência não poder acatar o crédito tributário, sem fundamento para sua realização em face de análise dos fatos do direito e das provas e documentos comprobatórios.

Ao final, pugna pela nulidade do Auto de Infração vestibular.

Na informação fiscal às fls.185 a 186, quanto ao Acórdão JJF nº 0178-03/12 citado na defesa, o autuante diz que o mesmo trata de antecipação parcial, de outra empresa, e que no presente caso foi exigido o imposto referente a aquisição de mercadorias para uso e consumo.

Quanto a alegação de que o ICMS encontrava amparado no regime de diferimento que repassava a responsabilidade do recolhimento do ICMS para outro contribuinte (contribuinte adquirente – Petrobrás), aduz que não encontrou no Regulamento do ICMS isenção ou não incidência desse imposto (ICMS) mesmo em se tratando de regime de receita bruta. Salienta que o Regime de Receita Bruta, que se refere às vendas ou saídas, - não desobriga nem isenta a empresa do pagamento pelas compras ou aquisições de mercadorias da Antecipação Tributária assim como o Diferencial de Alíquotas, e quanto a alusão à sua atividade comercial nas saídas, frisa que o tratamento nas compras não deve ser diferenciado das demais empresas ou ramos de atividade comercial.

Concordou que o autuado lançou e apurou corretamente no livro Registro de Apuração de ICMS, o imposto à alíquota de 4%, mas recolheu valores bem menores, salvo em dois meses (abril e maio), conforme planilha em anexo, folha nº 23 (abril e maio de 2010).

Sobre as multas pela falta de recolhimento de ICMS com os documentos fiscais lançados nos livros próprios, (notas fiscais de compras), sustenta que o percentual de 60% está correto, e que é a menor multa para esses casos por imposição do Regulamento do ICMS BA em vigor.

Explica que na infração 02, o levantamento consistiu tão somente em apurar o que estava registrado no livro de Registro de Apuração de ICMS, conforme folhas 100 a 124, e que dos valores levantados como saldos devedores do livro da empresa, foram abatidos os recolhimentos efetuados, resultando na diferença a recolher de ICMS. Ressalta que se a empresa diz ou atesta que estava devendo aqueles valores, entende desnecessário anexar cópia ao processo do referido livro, sem fazer o levantamento do saldo que não foi recolhido de **ICMS - REGIME RECEITA BRUTA**, conforme o livro Registro de Apuração do ICMS da empresa (docs.fl.s.100 a 124), onde constam todos os valores apurados e devidos.

Apresentou uma nova Planilha com data de 30/09/2014, repetindo o que foi levantado anteriormente, sem maiores diferenças.

No que diz respeito a alegação de contradição de aplicação de alíquota de 17%, argumenta que isto não ocorreu, pois a diferença é apenas apresentada ou convertida para a citada alíquota somente para efeito de demonstrativo de débito do auto. Aponta que todos os valores originais transportados para o Demonstrativo de Débito foram calculados considerando os valores devidos como 4%, e daí abatendo-se o que foi recolhido, restando a diferença a cobrar na base dos 4%, como pode ser verificado e comprovado na Planilha à folha 23, e a que vai repetida com data de 30/09/2014 anexa à presente informação fiscal.

Conclui mantendo integralmente seu procedimento fiscal.

Às fls.195 a 197, o autuado volta a se manifestar, sobre os pontos que diz que o autuante não entendeu.

Destaca que acostou como jurisprudência o Acórdão da 3ª JF de n.º 0178-03/12 decorrente do julgamento do Auto de Infração n.º 110120.0012/11-8 da mesma espécie, ou seja, similar ao lavrado contra a Chale Refeições Ltda, que foi julgado pela Colenda Junta de Julgamento Fiscal, cujo pleito foi totalmente favorável ao contribuinte e impugnante, e portanto, que tal decisão não é de outra empresa, cujo referido Auto de Infração foi também lavrado por ter “deixado de efetuar o recolhimento ICMS antecipação parcial referente às aquisições de Mercadorias de outras unidades da Federação (Infração 01-07.15.01) e também de ter deixado de efetuar o recolhimento ICMS relativo à comercialização de refeições apurado em base ao Regime de Apuração em função da Receita Bruta (Infração 02 – 02.04.02 e Infração 03 – 03.03.02), o que diz ser uma prova cabal que o acórdão não foi apreciado.

Comenta que, de acordo com o RICMS – Decreto n.º 6.284/97, o diferencial de alíquota é uma complementação entre as alíquotas interna e interestadual, nas aquisições de mercadorias para REVENDA, ou seja, quando ocorre a comercialização de mercadorias adquiridas para revenda e/ou industrialização pelo contribuinte. Salienta que o auto de infração objeto deste PAF, na Infração 01 – 06.02.01, está descrito “deixou de recolher ICMS da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da federação e destinados a consumo dos estabelecimentos”, em desacordo com o preceitua o artigo 5º do RICMS/97.

Observa que as mercadorias da infração 01 – 06.02.01, tratam-se de embalagens para acondicionar o alimento transformado em refeições, conforme podem ser analisadas as notas fiscais das aquisições, e os livros fiscais, que tiveram a disposição da auditoria na ação fiscal, ou seja, não se destinam a revenda, pois são insumos auxiliares, com acompanham as refeições prontas (quentinha, guardanapo, faca, colher e garfos plásticos, etc.), o que torna a interpretação do autuante equivocada, pois em desacordo com o disposto nos art. 5º parágrafo único e art. 7º, inciso do RICMS – Decreto 6.284/97.

Pelo acima exposto, ratifica que o lançamento está corretamente registrado no Livro Registro de Apuração do ICMS à alíquota de 4% (quatro por cento), e o recolhimento não foi realizado a menor, visto que não foi considerado pelo autuante o recolhimento na fonte do ICMS retido pela

tomadora Petrobrás Transportes S/A - Transpetro, cujas DAE's, do recolhimento foram anexados (Anexo 3, fls.156 a 168).

Reitera seu pedido de nulidade das multas, por entender não existir falta de recolhimento, e pede a aplicação do artigo 169, inciso I, alínea "a" do RPAF/99, decorrente da inobservância do devido procedimento legal (falta de certeza e liquidez), em relação à descrição dos fatos.

Finaliza pedindo a nulidade do auto de infração.

O autuante em sua informação fiscal às fls. 234 a 235, quanto a alegação defensiva de que o estabelecimento é de prestação de serviços, observa que a empresa apresenta em sua defesa uma alteração de contrato social com data de 25/08/2014 e registro na JUCEB/BA em 09/09/2014, onde na cláusula segunda, constam as atividades comerciais da empresa: Exploração de refeições, CNAE 5620-1/01, restaurante CNAE 5611-2/01, administração de bens CNAE 6810-2/002, manutenção e conservação e bens CNAE 8111-7/00, locação de mão de obra CNAE 7820-5/00, prestação de serviços de limpeza, entre outros.

O autuante lembra que o auto levantado, foi com relação ao período de 01/01/2010 a 31/12/2010 e não 2014, e que essas atividades são incompatíveis com a atividade de refeições restaurantes e similares, porém passou na Junta Comercial da Bahia, mas com quatro anos após o período fiscalizado.

Salienta que mesmo com a atividade mista de comércio de refeições e prestação de serviços, como pretende a empresa, observa que as notas fiscais de compra que deram origem ao Diferencial de Alíquota, são todas da atividade de refeições e restaurantes, e não das atividades de prestação de serviços. Ou seja, que as notas fiscais são, na grande maioria, referente a compra de carnes e queijos: alcatra, queijos, miolo de alcatra, atum ralado, azeitonas, lombo canadense, queijo fresco, queijo prato, óleos, feijão, extrato de tomates, toalhas, embalagens, etc, conforme folhas 24 a 86 anexadas ao processo.

Enfatiza que, se a atividade do contribuinte fosse de prestação de serviços, ele não pagaria ICMS regime de Receita Bruta, mas tão somente o ISS que é municipal. Observa que para o Regime de Receita Bruta a empresa é comércio de refeições, para o Diferencial de Alíquota é prestação de serviços.

Sobre o ICMS Diferimento, informa que quando fez o levantamento teve o cuidado de pesquisar sobre a habilitação do contribuinte para operar sob o Regime de Diferimento, e não encontrou essa habilitação, no entanto, reconhece que a empresa pagou realmente com diferimento do ICMS que foi transferido para a responsabilidade da Petrobrás e cujos DAE's de recolhimento a empresa teve o cuidado de apresentar em anexo. Assim, diz que como já foi pago ao Estado, a obrigação já está resolvida e de sua parte, declara a extinção dessa infração 02 - 03.03.01, para não haver bitributação.

Finalizando, continuou mantendo a Infração nº 01 - 06.02.01 em seu valor integral e totalizando ICMS de janeiro a dezembro de 2010, em R\$20.403,71, e demais acréscimos que é de Lei, ao tempo em que pede a procedência parcial do auto de infração em questão.

#### **VOTO**

Analisando a preliminar de nulidade suscitada na defesa pelo sujeito passivo, de que a descrição e a tipificação dos fatos, por não ter considerado a fiscalização a opção da empresa pela tributação do ICMS pela Receita Bruta com a alíquota reduzida de 4%, e ter calculado o imposto à alíquota de 17%, verifico no levantamento de fl.23, que o imposto devido foi calculado corretamente à alíquota de 4%, sendo transportado o valor para o demonstrativo de débito à fl.02, cuja indicação no referido demonstrativo de débito da alíquota de 17%, é feito automaticamente pelo sistema informatizado de lavratura do auto de infração, porém, os valores consignados correspondem exatamente com os valores apurados no aludido demonstrativo de fl.23.

Cabe consignar que a acusação fiscal constante da peça inicial está de acordo com os fatos apurados pela fiscalização, cuja descrição dos fatos está posta de forma clara e precisa no corpo

do auto de infração, inclusive constando o devido esclarecimento sobre o procedimento fiscal e a origem da cada infração apurada, permitindo o perfeito entendimento da acusação fiscal. Os demonstrativos elaborados pelo autuante identificam de forma bastante clara as infrações, tendo em vista que estão identificados todos os documentos fiscais e demais elementos objeto do levantamento que geraram a exigência tributária em questão, e permitiram ao sujeito passivo exercer com plenitude a ampla defesa e o contraditório.

Logo, com os esclarecimentos trazidos na informação fiscal não cabe a alegação de nulidade por descrição imprecisa das infrações. Da mesma forma, não cabe a arguição de nulidade por cerceamento do direito de defesa, uma vez que nas planilhas que embasaram a autuação, desde a formação inicial e durante o a fase processual, consta esclarecimento da descrição correta das infrações, especificando nota por nota, fato que possibilitou ao autuado exercer seu amplo direito de defesa.

Assim, não está comprovada nos autos a existência de vícios formais que comprometam a eficácia da autuação fiscal, cujas questões que envolvam eventuais erros na apuração do débito ou falta de comprovação do cometimento da infração, serão objeto de apreciação por ocasião do exame do mérito, ficando rejeitadas as preliminares de nulidade requeridas nas razões de defesa, por não encontrar amparo em nenhum dos incisos I a IV do artigo 18 do RPAF/99.

Quanto a arguição direta ou indiretamente de que não é devida a multa de 60%, observo que a sua aplicação pelo descumprimento da obrigação principal neste processo é prevista no artigo 42, inciso II, alíneas “b” e “f”, da Lei nº 7.014/96.

No mérito, a **Infração 01 – 06.02.01**, faz referência à falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$20.403,71, decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento, nos meses de janeiro a dezembro de 2010.

No tocante às aquisições interestaduais de materiais de uso, cumpre esclarecer que cabe o pagamento do diferencial de alíquotas, nos termos do nos 1º, § 2º, inciso IV, do RICMS/97, *ipsis litteris*:

*Art. 1º O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), de que tratam o art. 155, inciso II, §§ 2º e 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, tem como fatos geradores:*

*§ 2º O ICMS incide sobre:*

*(.....)*

*IV - a entrada ou a utilização, conforme o caso, efetuada por contribuinte do imposto, de mercadoria, bem ou serviço, em decorrência de operação interestadual ou de serviço cuja prestação tenha sido iniciada em outra unidade da Federação, quando a mercadoria ou bem forem destinados ao seu uso, consumo ou ativo permanente ou quando o serviço não estiver vinculado a operação ou prestação subsequentes;*

Já os artigos 5º e 7º do RICMS/97, dispõem:

**Artigo 5º - Para efeitos de pagamento da diferença de alíquotas, ocorre o fato gerador do ICMS no momento:**

*I – da entrada, no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outra unidade da Federação, quando destinados a uso, consumo ou ativo permanente do próprio estabelecimento;*

*II – da utilização ou recepção, por contribuinte, de serviço de transporte ou de comunicação cuja prestação tiver sido iniciada em outra unidade da Federação, quando o serviço não estiver vinculado a operação ou prestação subsequentes.*

**Parágrafo único** – não são considerados materiais de uso ou consumo as mercadorias ou materiais adquiridos por prestador de serviços para emprego ou aplicação na prestação de serviços de qualquer natureza (Anexo I).

**Artigo 7º** - Não é devido o pagamento da diferença de alíquotas:

*I – nas aquisições de mercadorias ou materiais efetuadas por prestador de serviço para emprego ou aplicação, como insumos, na prestação de serviços de qualquer natureza, inclusive quando se tratar de estabelecimento que desenvolva atividades mistas;*

*II – nas aquisições de bens ou materiais pela arrendadora ou pela arrendatária, tratando-se de arrendamento mercantil, nas hipóteses do § 6º do art. 563;*

*III – se a operação de remessa for realizada com:*

- a) Não-incidência de imposto ou;*
- b) Isenção decorrente de convenio*

*IV – nas aquisições de bens do ativo permanente, a partir de 01/11/96, e de bens de uso e materiais de consumo, a partir de 01/01/2011, efetuadas por (Lei Complementar n.º 87/96).*

Para que seja possível verificar se as mercadorias que foram objeto do lançamento tributário se enquadram nos dispositivos regulamentares acima transcritos, é necessário que sejam analisadas as mercadorias que foram consideradas no levantamento fiscal como de uso e consumo.

No levantamento fiscal constante às fls. fls. 19 a 22, não foram discriminadas as mercadorias considerados como de uso e consumo. Contudo, nos demonstrativos constam a indicação do número das notas fiscais e respectivos valores, e foram acostados ao processo cópias das referidas notas fiscais às fls. 24 a 86, nas quais, constam, na sua maioria, que as mercadorias são as seguintes: miolo de alcatra, filé mignon, lombo canadense, costela suína, carne seca, bucho bovino, filé de merluza, salame, ricota e queijo fresco, óleo de soja, açúcar, farinha, feijão, margarina, milho, leite, molho, sal, café, chocolate, inclusive constam aquisições de embalagens de alumínio.

Portanto, considerando que o estabelecimento tem como atividade fim preponderante a transformação de insumos de gêneros alimentícios em refeições coletivas para fornecer aos clientes da iniciativa privada, aos órgãos governamentais e autárquicos em geral, inclusive foi provado nos autos que no período fiscalizado ocorreu fornecimento para a Petrobrás e para outro contribuinte, e por conseguinte, que as mercadorias foram utilizadas no preparo de refeições, além do fato de que o estabelecimento por comercializar com os produtos objeto da autuação, à luz do artigo 7º, inciso I, do RICMS/97, vigente à época dos fatos geradores, não é devida a exigência de pagamento do diferencial de alíquotas sobre as mercadorias objeto da autuação.

Infração insubsistente.

**Quanto à Infração 02 – 03.03.01**, o fulcro da autuação é de houve por parte do autuado recolhimento a menor do ICMS sobre o fornecimento de refeições, apurado através de divergências entre os valores recolhidos e os lançados no livro Registro de Apuração do ICMS, nos meses de janeiro a março, junho a dezembro de 2010.

Na planilha à fl. 23, intitulada de “Demonstrativo de ICMS devido e pago a menor”, consta informado mensalmente os valores das vendas, o imposto devido calculado à alíquota de 4%, o valor do imposto recolhido no período, e a diferença representativa entre o imposto apurado o imposto pago. Constam nos autos cópia do RAICMS, cujos valores das vendas e do imposto devido são idênticos aos apurados pela fiscalização no levantamento fiscal.

Portanto, a divergência entre os valores apurados pela fiscalização para o autuado dizem respeito a diferença entre o imposto apurado no levantamento fiscal para os valores recolhidos.

Para elidir o lançamento basta que o autuado comprove que os valores recolhidos não estariam corretos.

Quanto a esta questão, na peça defensiva, o sujeito passivo, trouxe provas acerca de sua atividade comercial de fornecimento de refeições, tendo apresentado cópias de contratos de fornecimento firmados com a Petrobrás e Secretaria da Saúde do Estado. (Anexo 4, fls.169 a 181), e acostado ao processo Planilha Demonstrativa com os respectivos DAE's recolhidos tempestivamente, sustentando que não foi considerado pelo autuante os recolhimentos do ICMS por diferimento efetuados pela tomadora Petrobrás Transportes S/A - Transpetro, cujas DAE's, do recolhimento foram anexados (Anexo 3, fls.156 a 168).

O autuante, por seu turno, na informação fiscal declara textualmente na folha 235 que: *“Quando fiz o levantamento tive o cuidado de pesquisar sobre a habilitação do contribuinte para operar sob o Regime de Diferimento, e não encontrei essa habilitação, no entanto, reconheço que a empresa pagou realmente com diferimento do ICMS que foi transferido para a responsabilidade da Petrobrás e cujos DAE's de recolhimento a empresa teve o cuidado de apresentar em anexo. Como já foi pago ao Estado, a obrigação já está resolvida e de minha parte, declara a extinção dessa infração 02 - 03.03.01, para não haver bitributação. “*

Assim sendo, considerando a informação do autuante de que os valores lançados nesta infração foram efetivamente recolhidos pelo regime de diferimento, considero insubsistente a infração. Ante o exposto, voto IMPROCEDENTE o auto de infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **110085.0011/14-2**, lavrado contra **CHALÉ REFEIÇÕES LTDA.**

Esta Junta de julgamento recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art.169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de dezembro de 2015.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – JULGADOR